

TRATAMENTO PARA MULHERES QUE USAM DROGAS: UMA CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DO FEMINISMO DECOLONIAL

*TRATAMIENTO PARA MUJERES QUE USAN DROGAS: UNA CRÍTICA
DESDE LA PERSPECTIVA DEL FEMINISMO DESCOLONIAL*

*TREATMENT FOR WOMEN WHO USE DRUGS: A CRITIQUE FROM
THE PERSPECTIVE OF DECOLONIAL FEMINISM*

Caliandra Machado Pinheiro e Mônica Nunes

Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil

RESUMO: Este artigo realiza revisão sistemática sobre o tratamento para o uso de drogas por mulheres e aponta lacunas nessa literatura a partir de uma perspectiva feminista decolonial. Foram coletados trabalhos escritos em inglês, português e espanhol publicados entre os anos de 2010 e 2019. Os resultados apontam para a influência dos estigmas sociais, de atitudes julgadoras dos profissionais e da família e a importância de considerar as necessidades sociais e de saúde através de um cuidado singularizado. No entanto, poucos trabalhos sinalizam o fato de que essas mulheres vivem em sociedades sexistas e para o modo como gênero, raça e classe influenciam nos usos de drogas e no tratamento. Por fim, destacamos contribuições do feminismo decolonial para a leitura do fenômeno do uso de drogas e como essa articulação pode fundamentar uma atenção psicossocial nos moldes de uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial feminista e antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos relacionados ao uso de substâncias; Centros de tratamento de abuso de substâncias; Mulheres; Feminismo; Racismo.

RESUMEN: Este artículo realiza una revisión sistemática sobre el tratamiento del consumo de drogas por parte de mujeres y señala vacíos en esta literatura desde una perspectiva feminista decolonial. Se recogieron artículos escritos en inglés, portugués y español publicados entre 2010 y 2019. Los resultados apuntan a la influencia de los estigmas sociales, las actitudes críticas de los profesionales y familiares y la importancia de considerar las necesidades sociales y de salud a través de una atención singular. Sin embargo, pocos estudios señalan el hecho de que estas mujeres viven en sociedades sexistas y cómo el género, la raza y la clase influyen en el uso y el tratamiento de las drogas. Finalmente, destacamos los aportes del feminismo decolonial a la lectura del fenómeno del consumo de drogas y cómo esta articulación puede apoyar la atención psicossocial en la línea de una Reforma Psiquiátrica Anti-asilo feminista y antirracista.

PALABRAS CLAVE: Trastornos relacionados con sustancias; Centros de tratamiento de abuso de sustancias; Mujeres; Feminismo; Racismo.

ABSTRACT: This article performs a systematic review on treatment for drug use by women and points out gaps in this literature from a decolonial feminist perspective. Papers written in English, Portuguese and Spanish published between the years 2010 and 2019 were collected. The results point to the influence of social stigmas, judgmental attitudes of professionals and family and the importance of considering social and health needs through a personalized care. However, few studies will point to the fact that these women live in sexist societies and how gender, race and class influence drug use and treatment. Finally, we highlight contributions from decolonial feminism to the reading of the phenomenon of drug use and how this articulation can support psychosocial care along the lines of a feminist and anti-racist Anti-asylum Psychiatric Reform.

KEYWORDS: Substance-related disorders; Substance abuse treatment centers; Women; Feminism; Racism.

Introdução

Este artigo apresenta reflexões e aponta algumas lacunas na literatura a partir de dados de uma revisão sistemática de publicações sobre o tratamento para o uso de drogas por mulheres; para tal usamos como lente de análise uma perspectiva decolonial e de colonialidade do gênero. Apesar de um número crescente de publicações se dedicarem à divulgação do conhecimento sobre essa temática, a maior parte delas o faz não levando em consideração aspectos sociais e históricos do contexto em que essas mulheres se inserem e como tais aspectos têm influência sobre o modo como o uso de drogas acontece e como se dá o tratamento para os casos onde esse uso acarreta sofrimento.

Isabela Queiroz (2015) realizou revisão bibliográfica sistemática com o objetivo de analisar a categoria “gênero” nas pesquisas, sobre uso de drogas por mulheres, publicadas no Brasil nos últimos 30 anos (entre 1984 e 2013). Ela utilizou os seguintes descritores, elencados por ordem decrescente de frequência: alcoolismo, mulher; uso de droga, mulher; mulher usuária de droga; alcoolismo, gênero; droga, gênero; dependência química, mulher; dependência química, gênero; alcoolismo feminino. O descritor “alcoolismo; mulher” foi encontrado na maioria das obras selecionadas, totalizando 31,7% dos resultados. Um número significativo de trabalhos também foi encontrado a partir dos descritores “uso de droga; mulher” (25,4%) e “mulher usuária de droga” (16,9%).

Segundo Queiroz (2015), o descritor “gênero” não foi encontrado de forma significativa na análise geral dos trabalhos, aparecendo somente em teses e dissertações, o que aponta para uma ausência do uso da categoria gênero enquanto articulador teórico, reduzindo a discussão em torno dos aspectos diferenciais associados às categorias binárias homem-mulher, definidas pelo sexo biológico. Além disso, o descritor gênero foi encontrado somente em trabalhos muito recentes, tendo 96,2% deles sido publicados a partir do ano de 2004.

Nosso interesse neste artigo é discutir o que tem sido publicado não só no Brasil, mas também internacionalmente, no que diz respeito ao tratamento ofertado para mulheres que fazem uso de drogas. Para tanto, fizemos uma revisão sistemática da literatura e apresentamos aqui os principais temas encontrados e as lacunas ainda existentes. Além disso, buscamos recolocar a categoria gênero no centro da discussão, fazendo uma análise de nossos achados a partir de uma epistemologia feminista crítica e decolonial.

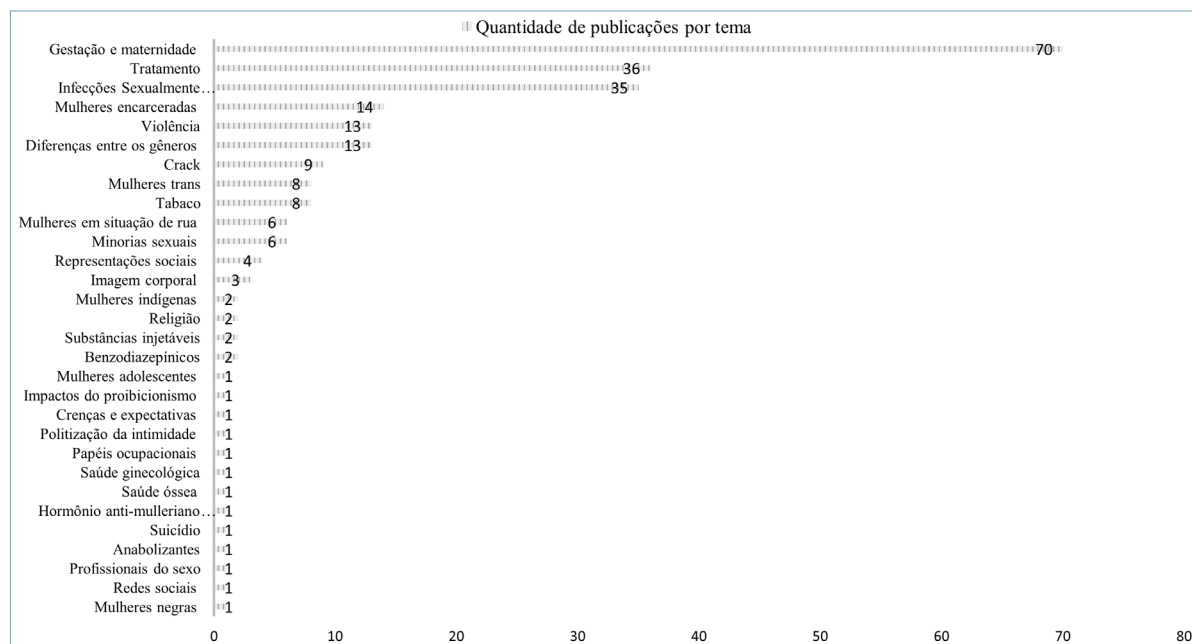
Estratégia metodológica

Foi realizada revisão sistemática da literatura com o objetivo de conhecer quais foram os principais temas dos trabalhos científicos produzidos, em torno do uso de drogas por mulheres, entre os anos de 2010 e 2019. As buscas foram realizadas entre os meses de agosto de 2019 e janeiro de 2020, e incluíram produções em português, inglês e espanhol. As bases de dados utilizadas foram o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), a biblioteca virtual do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS) e o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Para a escolha dos descritores, foi realizada uma busca entre os termos catalogados pelo vocabulário estruturado e multilíngue DeCS - Descritores em Ciências da Saúde, projeto da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores escolhidos foram: “transtornos relacionados ao uso de substâncias”, “alcoolismo”, “drogas”, “transtornos relacionados ao uso de cocaína”, “síndrome de abstinência a substâncias” e “abuso de maconha”. Todos esses descritores foram pesquisados em combinação com a palavra “mulher”, por exemplo, “mulher e transtornos relacionados ao uso de substâncias”, “mulher e alcoolismo”.

Como resultado das combinações de todos os descritores com a palavra “mulher”, foram encontrados no total 10.997 artigos. Foi realizada uma primeira leitura dos títulos dos artigos (e, quando necessário, dos resumos) como um primeiro filtro de análise com a extração das publicações referentes ao uso de drogas por mulheres. Desta etapa, restaram para análise 246 artigos. Numa segunda etapa, a partir da leitura dos resumos, as publicações foram separadas de acordo com o tema central de cada uma delas na relação com o uso de drogas por mulheres. Os temas encontrados podem ser observados na Figura 1.

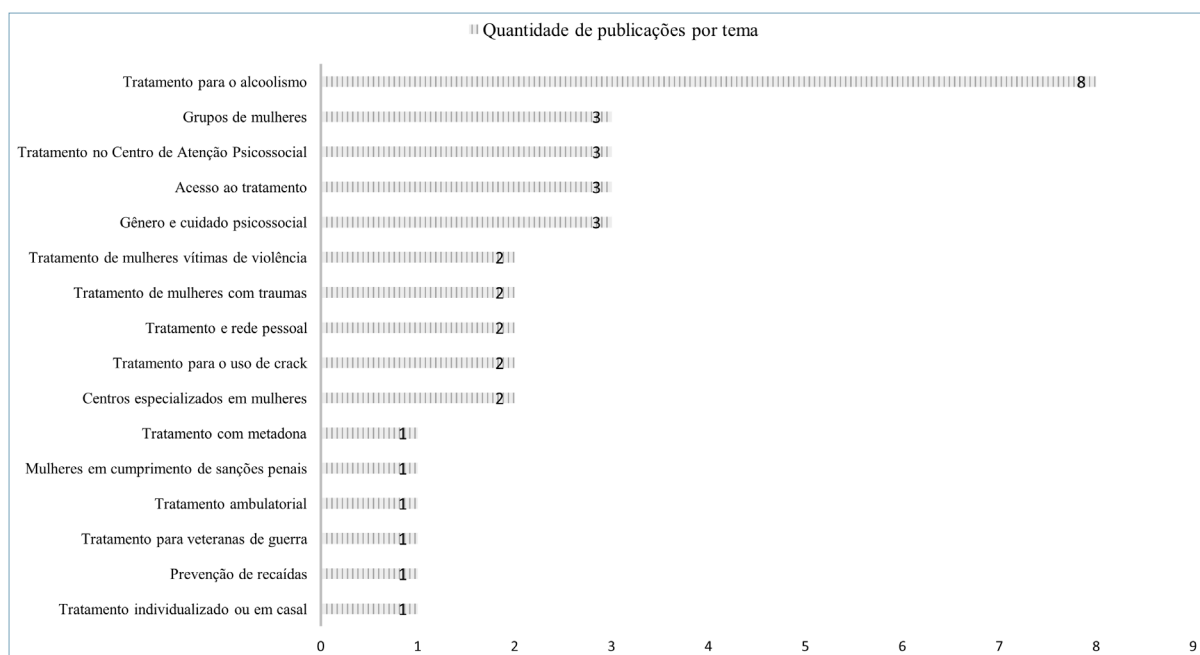
Figura 1 - Temas relacionados ao uso de drogas por mulheres



Fonte: Dados dos/as próprios/as autores/as

Em uma terceira etapa, foi realizada a leitura dos resultados, da discussão e das considerações finais das publicações específicas sobre a temática escolhida para este artigo, neste caso, o tratamento de mulheres em uso de drogas. Para esta revisão de literatura, foram utilizadas trinta e seis publicações, dentre elas trinta e quatro artigos e duas dissertações. Dessas publicações, dezenove são estadunidenses, quatorze brasileiras, duas iranianas e uma sueca. A maior parte das publicações se concentraram nos anos de 2011 (oito publicações, 22%), 2014 (seis publicações, 16%) e 2015 (sete publicações, 19%). Vinte e duas publicações estão escritas em língua inglesa (61%) e quatorze em língua portuguesa (39%). Os principais subtemas encontrados nessas publicações podem ser observados na Figura 2.

Figura 2 - Temas relacionados ao tratamento para o uso de drogas por mulheres



Fonte: Dados dos/as próprios/as autores/as

O tratamento para o uso de drogas por mulheres: achados da revisão sistemática

As publicações identificadas nesta revisão se debruçaram principalmente sobre os fatores intervenientes no acesso aos serviços, adesão e continuidade do tratamento pelas mulheres, como também na comparação entre serviços e em questões relativas à efetividade do tratamento.

Segundo algumas das pesquisas encontradas, fatores como a ausência de serviços específicos de gênero, atitudes julgadoras dos profissionais de saúde, problemas financeiros, custos do tratamento, posição legal punitiva em relação ao uso de drogas, presença de um parceiro que consome drogas, falta de motivação, desconhecimento da existência de serviço especializado, falta de valorização da família em relação ao tratamento, estigma familiar e social e falta de encaminhamento de outros serviços de saúde para um serviço especializado se colocam como barreiras para o acesso dessas mulheres ao tratamento para o uso de substâncias (Alam-Mehrjerdi et al., 2016; Albuquerque & Nóbrega, 2016; Limberger, Schneider, & Andretta, 2015; Otiashvili et al, 2013).

Dessa forma, de acordo com a literatura encontrada, muitas mulheres acessam os serviços especializados: quando já experimentaram a solidão, a dor, o sofrimento, a vergonha, a discriminação, as perdas e os agravos físicos e psicológicos, os prejuízos financeiros e sociais; quando seus familiares lhes apoiam e conduzem até o tratamento; ou quando outros serviços de saúde lhes encaminham. As pesquisas identificam, ainda, outro fator importante para a busca do tratamento: o prejuízo no desempenho esperado de uma mulher, como a impossibilidade de exercer a maternidade, ou o papel de esposa e dona de

casa (Albuquerque & Nóbrega, 2016; Aguiar, 2014; Assis & Castro, 2010; Lima, Macedo, Braga, Lemos, & Silva, 2011; Limberger et al., 2015; Pillon et al., 2014; Ribeiro, Turato, Azevedo, & Campos, 2012; Santos et al., 2019). É importante destacar que o supracitado “desempenho esperado de uma mulher” foi desenhado dentro dos moldes de uma sociedade patriarcal, como discutiremos melhor adiante.

No que se refere à permanência dessas mulheres nos serviços especializados, os artigos apontam alguns fatores envolvidos numa maior adesão ao tratamento, como: o maior nível educacional das mulheres, forte aliança terapêutica entre os/as profissionais e as mulheres e seus familiares; um acolhimento adequado no momento do acesso e um espaço de tratamento que possa “concorrer” com o papel exercido pelas drogas na existência dessa mulher; a existência de serviços exclusivos para tratamento de mulheres ou com atividades voltadas para as mesmas; e serviços que ofertam espaços para a permanência de seus/suas filhos/filhas (Alam-Mehrjerdi et al., 2016; Pinto, Campbell, Hien, Yu, & Gorroochurn, 2011; Otiashvili et al., 2013; Ribeiro et al., 2012;).

No que diz respeito à efetividade das atividades ofertadas durante e no pós-tratamento, alguns artigos sugerem que o tratamento voltado para o uso de drogas deve estar associado a intervenções que atendam às necessidades sociais, de saúde e de segurança das mulheres, atividades que priorizem a promoção da saúde, da autoestima e da reintegração social de forma singularizada, buscando conhecer a realidade e a personalidade de cada mulher em tratamento (Andrews, Cao, Marsh, & Shin, 2011; Birath, Demarinis, Stenbacka, & Klinteberg, 2011; Gilbert, Domino, Morrissey, & Gaynes, 2012; Lima et al., 2011; Powelson et al., 2014). Alguns artigos, especialmente em língua inglesa, versam sobre técnicas específicas para o tratamento, como o uso de terapias individuais ou de casal e o uso de técnicas para prevenção de recaídas, além de abordarem os tipos de serviços que essas mulheres acessaram e as diferenças na efetividade da escolha de cada técnica ou serviço (O’Farrell, Schumm, Murphy, & Muchowski, 2017; Powelson et al., 2014; Price & Smith-DiJulio, 2016; Souza et al., 2014). Vale destacar que algumas técnicas, como as técnicas para prevenção de recaídas, têm como centro do tratamento as drogas, e não as pessoas e suas experiências, o que pode invisibilizar ainda mais as necessidades e especificidades das mulheres durante o tratamento.

Para além dos modos de ofertar tratamento em um só serviço, alguns artigos também se debruçam sobre a importância da articulação entre serviços que fazem o tratamento para o uso e outros serviços da rede formal, como serviços que lidam com questões relacionadas à violência contra a mulher, serviços de atenção primária e outros serviços de saúde (Cucciare et al., 2016; Hetteema et al., 2015; Macy & Goodbourn, 2013; Rasch, Andrade, Avellar, & Ribeiro, 2015). Além disso, tratam também do impacto positivo do tratamento sobre as redes informais/pessoais das mulheres (Brown, Tracy, Jun, Park, & Min, 2015; McCutcheon, Luke, & Lessov-Schlaggar, 2016; Min et al., 2013).

Como já foi dito anteriormente, alguns artigos apontaram a existência de locais de tratamento exclusivos para mulheres como fator de adesão e continuidade do tratamento. Além desses artigos supracitados, outros tratam, especificamente, sobre as diferenças entre locais de tratamentos ofertados exclusivamente para mulheres e aqueles ofertados de forma mista. Esses estudos apontam que atividades e serviços exclusivos para mulheres se mostram igualmente eficazes no tratamento em comparação com os serviços mistos, sendo os primeiros preferidos pelas mulheres envolvidas nos referidos estudos. Os argumentos em torno da existência de serviços exclusivos para as mulheres dizem respeito ao cuidado

individualizado e centrado nas suas necessidades psicossociais, tais como o olhar sobre questões relacionadas à violência, ao cuidado das crianças, sendo mais sensíveis na detecção dessas necessidades e na possibilidade de articulação da rede social e de saúde no seu atendimento (Dolan, Salimi, Nassirimanesh, Mohsenifar, & Mokri, 2011; Finfgeld-Connett & Johnson, 2011; Greenfield et al., 2014; Heslin, Gable, & Dobalian, 2015; Rasch et al., 2015; Terplan, Longinaker, & Appel, 2015).

Ainda sobre as atividades voltadas exclusivamente para mulheres, alguns trabalhos se propuseram a ofertar orientações acerca de fatores importantes a serem observados nas atividades desenvolvidas com mulheres, especialmente em grupos terapêuticos, tais como: o seu desenvolvimento físico e psíquico; a forma como elas interagem socialmente; o sexismo e a forma de se relacionar com os homens; as comorbidades psiquiátricas observadas entre as mulheres em tratamento para o uso de drogas; traumas e estigmas relacionados ao gênero; a interseccionalidade entre gênero, raça e classe; a maternidade e os obstáculos de acesso ao tratamento (Bright, Osborne, & Greif, 2011; Fogger, 2015; Venosa, 2011).

Dentre os trinta e seis trabalhos encontrados, apenas quatro artigos e uma dissertação tiveram como foco o cuidado das mulheres a partir de um olhar sobre as questões de gênero relacionadas às opressões advindas do patriarcado e dos estereótipos em torno do “ser mulher”. Nesses artigos, foram exploradas questões como: o sexismo; a interseccionalidade entre gênero, raça e classe; a importância da reflexão sobre os conflitos advindos da condição de “ser mulher” e como eles impactam na relação problemática entre mulher e droga; os obstáculos que surgem para o acontecimento dessa reflexão quando os/as profissionais têm uma visão estereotipada das mulheres, as enquadrando como mulher heterossexual, dócil, maternal, sensível, frágil, dependente afetivamente dos homens e mais envolvidas com o lar e a família; e, por último, a importância de uma escuta dessas mulheres que possa desarticular os sentidos fixos construídos em torno da imagem da mulher em tratamento para o uso de drogas e repensar o cuidado ofertado a elas a partir de uma epistemologia feminista (Bright et al., 2011; Silva, 2014; Silva, Pereira, & Penna, 2018; Queiroz & Prado, 2018; Venosa, 2011).

Diante desse panorama do que tem sido publicado sobre o tratamento das mulheres em uso de drogas, é possível perceber o quanto o que é entendido socialmente como “ser mulher”, nas sociedades ocidentais patriarcais, tem uma grande influência sobre esse processo do tratamento, desde os obstáculos para iniciá-lo até as dificuldades em ter suas necessidades atendidas, e as possibilidades que se abrem num pós-tratamento, mesmo que isso não tenha sido trazido de forma explícita e aprofundada pela maior parte dos trabalhos.

O uso de drogas por mulheres: algumas reflexões sobre gênero

Em muitos dos trabalhos coletados nesta revisão, fica visível que todo o processo de tratamento, desde a família até os profissionais de saúde, permanece envolto pelos estigmas, não só em relação ao uso de drogas, mas ao fato de que *uma mulher* está fazendo uso de substâncias e todas as implicações que isso pode ter para o seu papel de reprodutora, mãe, esposa, cuidadora, e assim por diante. Michel Foucault (1979/1996) assinala que, desde muito tempo, as mulheres foram fixadas à sua sexualidade, avaliada como frágil, adocida,

indutora de doenças. Essa patologização tornou o corpo da mulher objeto médico por excelência. Na contemporaneidade, muitas mulheres continuam empenhadas no tratamento e na disciplina de seus corpos, na busca de um ideal de feminilidade homogeneizante, apesar de em constante mutação. Susan Bordo (1997) propõe uma apropriação dos conceitos de Foucault, no sentido do reconhecimento de tal poder sobre os corpos femininos enquanto uma rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação. Dessa forma, tal poder precisa ser analisado, não apenas como repressivo, mas como constitutivo, que molda e multiplica os desejos ao invés de, necessariamente, reprimi-los, direcionando as energias através de uma construção de normalidade e desvio. A partir disso, é necessário construir um discurso que possibilite a análise das relações de poder, ao mesmo tempo em que possibilite o confronto dos mecanismos pelos quais as mulheres se tornam enredadas e coniventes com as forças que sustentam sua própria opressão.

No que diz respeito ao uso de drogas por mulheres, Mabel Silva (2016) chama a atenção para o fato de que estas relações de poder que envolvem o corpo da mulher contribuem para alimentar redes de vigilância sanitária e sociais, no que diz respeito ao uso de drogas. A atuação do controle sobre os corpos das mulheres pode aparecer de diferentes formas, através dos serviços de saúde, no convívio social e familiar, na mídia e assim por diante. Esse poder acaba por funcionar em rede, sendo fortalecido por discursos morais, no sentido de interditar os comportamentos das mulheres. Tais situações podem colocar as mulheres em tratamento para o uso de drogas numa situação de estigmatização, agravando seu sofrimento e, inclusive, afastando-as dos serviços de saúde especializados na área.

Jeane Oliveira, Mirian Paiva e Camila Valente (2007) ressaltam que os serviços de atenção aos/às usuários/as de drogas quase nunca consideram as necessidades e situações específicas relacionadas ao uso de drogas pelas mulheres, perpetuando, assim, uma homogeneização do campo, que foi construído tendo como base necessidades masculinas. Ainda, segundo as autoras, os/as profissionais de saúde precisam reconhecer as mudanças no estilo de vida das mulheres, advindas das conquistas feministas, e estender esse conhecimento para as ações de assistência à saúde, de modo a atender especificidades não apenas relacionadas às condições biológicas, mas, também, e, sobretudo, socioculturais.

Ao abordar as diferenças no modo como o tratamento é oferecido para homens e mulheres nos serviços voltados para pessoas que usam drogas, Marcos Prado e Isabela Queiroz (2012) destacam que o tratamento para os homens tem como objetivo adquirir ou retomar habilidades pessoais e técnicas com fins de reinserção social. Já para as mulheres, o tratamento teria como finalidade uma reabilitação em termos de retomada dos vínculos familiares e adequação social, tendo como “pano de fundo” um viés conservador e patriarcal. Os autores sustentam o argumento de que, quando os serviços para usuários/as de drogas buscam fazer diferenciações em relação às necessidades das mulheres, o fazem reproduzindo desigualdades de gênero sustentadas por prescrições do patriarcado, colocando as mulheres numa condição de insuficiência e submissão. Dessa forma, as ações assim baseadas tenderiam a reforçar estratégias de controle e vigilância sobre as mulheres, estratégias alicerçadas em uma lógica de cuidado relacionado à sua função reprodutora e à manutenção das hierarquias de gênero e dos lugares inferiorizados atribuídos às mulheres.

As reflexões trazidas até aqui são de suma importância para olharmos para o fenômeno do uso de drogas por mulheres na relação com as questões de gênero em nossa sociedade machista e patriarcal. No entanto, ainda são reflexões generalistas, quando não

especificam de que mulher estamos falando. Essa é uma mulher branca ou não branca? A que classe social pertence? Qual é sua orientação sexual? Será que todas as mulheres vivem a realidade do uso de drogas da mesma maneira?

Pensar a singularidade de cada mulher requer conhecer o contexto familiar, social e cultural de cada uma, e isso só é possível se pudermos, enquanto profissionais, nos debruçarmos sobre como a categoria gênero se formou na sociedade em que nos situamos. Por isso, para além de pensarmos no controle dos corpos das mulheres na cultura ocidental patriarcal, precisamos avançar e pensar nessas mulheres localmente, com as especificidades da construção do gênero no Sul Global.

Colonialidade do gênero e feminismo decolonial: contribuições para pensar o tratamento para mulheres em uso de drogas

Para essa empreitada, convidamos para nossa reflexão uma das correntes da epistemologia feminista perspectivista (ou feminismo do ponto de vista), mais especificamente o feminismo decolonial. Nossa escolha parte da compreensão de que tal movimento engloba uma série de importantes críticas, já realizadas por outros movimentos feministas, ao feminismo clássico combinadas à necessária reflexão sobre a colonialidade e seus impactos sobre as mulheres não brancas nos países da América Latina.

O feminismo decolonial aponta que, dentro da modernidade colonial, pautada na dicotomia humano/não humano, onde o centro do poder se caracterizava pela figura do homem branco, europeu, burguês, colonial moderno, heterossexual, cristão, racional e capaz de tomar decisões, enquanto a mulher europeia burguesa era entendida como um complemento do homem europeu, alguém a quem cabia garantir a reprodução da raça e do capital através da sua pureza sexual e de sua passividade, as mulheres não brancas não eram vistas nem como mulheres, mas como fêmeas colonizadas. Dessa forma, é preciso entender as consequências desse não lugar ainda hoje (Lugones, 2014).

A partir das reflexões sobre os impactos dessa colonialidade nas existências das mulheres, Maria Lugones (2014) propõe o conceito de colonialidade do gênero. Ela afirma que a colonialidade do gênero se constitui por essa colonialidade, sendo também constitutiva dela. Como a mulher colonizada não era vista como mulher, mas como fêmea, logo não existe a categoria “mulher colonizada”, visto que nenhuma fêmea colonizada era considerada mulher. O processo de colonização foi ultrapassado pelos processos de independência dos países colônia; no entanto, segundo a autora, a colonialidade do gênero permanece entre as matrizes de opressão que se interseccionam (raça/classe/gênero) como construtos centrais do poder capitalista mundial.

Portanto, o feminismo decolonial oferece uma perspectiva de análise e uma proposição de mudança no modo como enxergamos a realidade das mulheres latino-americanas, a partir de estudos que levem em conta essas matrizes de opressão que caracterizam a colonialidade do gênero. O feminismo decolonial busca superar a colonialidade do gênero através de uma práxis que parte da crítica da opressão racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, de modo a buscar uma transformação do social (Lugones, 2014). Tal intento só é possível se pudermos pautar, nas pesquisas envolvendo mulheres, esses elementos que são fundamentais para entender suas experiências e sofrimentos.

A grande maioria das publicações utilizadas pela revisão sistemática de literatura que realizamos adveio de dois países, Estados Unidos da América e Brasil, os quais, mesmo tendo vivido processos diferentes de colonização, carregam em sua cultura as marcas da colonialidade. Dessa forma, apesar de apresentarem informações importantes, permanece, na análise realizada pelos trabalhos, uma lacuna que esconde fatores fundamentais envolvidos no sofrimento de mulheres em tratamento para o uso de drogas.

Dessa forma, a compreensão da dor e do sofrimento que estão relacionados ao uso de drogas, em países de origem colonial, precisa levar em consideração a marca da colonialidade de gênero nessas vivências, oportunizando o desvelamento de situações existenciais relacionadas à dificuldade de lidar com feridas profundas que podem advir de diversas opressões e apagamentos de si em suas experiências de vida. Grada Kilomba (2019) nos chama atenção para o fato de que o trauma de pessoas negras não tem como base apenas eventos de base familiar, mas também o racismo, que coloca as pessoas de cor como a/o “Outra/o”, diferente, incompatível, conflitante, incomum. A/o “Outra/o”, no qual a projeção branca deposita as informações indesejáveis, fazendo das imagens da mulheridade negra uma espécie de reservatório para os medos da cultura ocidental relacionados ao corpo, à fertilidade e à sexualidade. Ainda segundo a autora, a experiência psicológica do racismo pode se caracterizar como um trauma, no sentido de uma experiência indizível, impossível de simbolizar e que pode se expressar através da somatização (Kilomba, 2019). O que defendemos aqui é que o uso de drogas também pode se configurar como uma forma de lidar com esses e outros sofrimentos impingidos às mulheres não brancas em nossa sociedade brasileira.

Em um ciclo vicioso, onde camadas de sofrimento se sobrepõem a outras, o uso de drogas, que aparece como um recurso para lidar com a dor ou como forma de obter prazer, pode gerar novas situações de sofrimento e uma agudização de problemas psíquicos e sociais. A anestesia provocada pelo uso de drogas tende a ser transitória e a repetição da utilização desse recurso o torna problemático. Dessa forma, o uso de drogas por essas mulheres, o qual pode se configurar como uma busca de “cura”, de escape das situações de opressão, pode perder esse lugar de tática, de linha de fuga, para se transformar em sofrimento, devido à estigmatização associada ao uso somada às consequências biopsicossociais do abuso. Então a mulher não branca e pobre em países de origem colonial se vê duplamente estigmatizada, duplamente oprimida, encurralada por uma sociedade que pouco se preocupa com elas (visto que nem as enxerga de fato) e que está preocupada apenas com a performance de seus corpos enquanto procriadoras, objetos sexuais e “material humano” a serviço da máquina capitalista, ou, simplesmente, como o expurgo, vidas que não têm valor.

O ciclo descrito acima pode fazer com que as mulheres se sintam envergonhadas ou desiludidas pela estigmatização advinda do uso de drogas, e, assim não busquem o tratamento ou não recebam suporte para essa busca, visto que buscar o tratamento é assumir, para si e para os outros, ter um problema com esse uso e enfrentar as consequências desse estigma. Elas também podem ir em busca de tratamento devido ao alto grau de sofrimento vivido ou pelo incentivo recebido por parte de algum suporte social e conseguirem ter acesso, ou não, a esse tratamento, a depender da rede social e de saúde na qual ela se localiza. Neste artigo, partimos da hipótese de que esse processo de busca, acesso e consecução do tratamento está sob forte influência das questões de gênero, das opressões advindas do patriarcado e dos entrecruzamentos das questões de raça, classe e gênero.

Lugones (2014) e Kilomba (2019) nos apontam caminhos possíveis para lidar com o racismo e com a colonialidade do gênero, enfatizando a necessidade de as mulheres não brancas refazerem seus elos com a sociedade a partir de um reconhecimento de si, de seu lócus fraturado e do que essas opressões lhe causaram. A partir disso, essas mulheres podem se reconhecer em outras mulheres que vivenciam os mesmos traumas e podem quebrar a sensação de isolamento, por meio de um movimento de coalizão que permitirá fazer resistência à colonialidade do gênero a partir da construção conjunta de uma identificação positiva sobre sua negritude, saindo do lugar de “Outra/o”, assumindo a condição de sujeito e alcançando um estado de descolonização.

Considerações finais

A partir desta revisão de literatura, pudemos perceber que aspectos importantes sobre o tratamento ofertado a mulheres em uso de drogas têm sido abordados pelas pesquisas científicas, desde o acesso aos serviços, algumas de suas tipologias, a efetividade de alguns desses serviços, a importância da aliança terapêutica com as mulheres e seus familiares, até as necessidades sociais e de saúde dessas mulheres. Contudo, verificamos que a maior parte dos trabalhos não aborda as questões de gênero a partir dos contextos socioculturais dessas mulheres, nem o modo como essas questões têm influência na maneira como profissionais e familiares atuam, a partir de estereótipos e da reprodução do sexismo, do machismo e das discriminações envolvendo classe e raça.

Portanto, há uma urgência em se debruçar sobre essas temáticas, de modo a construir, com essas mulheres, conhecimento que possa fundamentar estratégias e ações em saúde, com destaque para a saúde mental, nos moldes de uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial que se proponha também a ser antirracista e feminista. Essas novas ações devem garantir uma atenção integral, baseada nas diferenças e singularidades dessas mulheres, levando em consideração todas as matrizes de opressão que atravessam suas existências; uma atenção que se conforme em liberdade, propiciadora de autonomia, protagonismo e que caminhe na esteira do fortalecimento das lutas das mulheres contra a colonialidade do gênero.

Referências

- Aguiar, Daniele Oliveira (2014). *Narrativas de mulheres alcoolistas: contribuições para a prática da enfermeira no CAPS AD* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ].
- Alam-Mehrjerdi, Zahra, Daneshmand, Reza, Samiei, Mercedeh, Samadi, Roya, Abdollahi, Mohammad, & Dolan, Kate (2016). Women-only drug treatment services and needs in Iran: the first review of current literature. *DARU Journal of Pharmaceutical Sciences*, 24(3). <https://doi.org/10.1186/s40199-016-0141-1>
- Albuquerque, Caroline de Souza, & Nóbrega, Maria do Perpétuo Socorro Sousa (2016). Barriers and amenities for seeking specialized treatment encountered by women who use psychoactive substances. *SMAD, Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 12(1), 22-29. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v12i1p22-29>
- Andrews, Christina, Cao, Dingcai, Marsh, Jeanne, & Shin, Hee-Choon. (2011). The Impact of Comprehensive Services in Substance Abuse Treatment for Women With a History of Intimate Partner Violence. *Violence against women*. <https://doi.org/10.1177/1077801211407289>
- Assis, Dilma Fatima, & de Castro, Norida Teotônio (2010). Alcoolismo Feminino: início do beber alcoólico e busca por tratamento. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 9(2), 358-370. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7260/5795>
- Birath, Christina Scheffel, DeMarinis, Valerie, Stenbacka, Marlene, & af Klinteberg, Britt (2011). Women with alcohol problems: the possible significance of personality clustering for treatment planning. *Drug and alcohol review*, 30(2), 207-215. <https://doi.org/10.1111/j.1465-3362.2010.00221.x>
- Bordo, Susan R. (1997). O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In Alison M. Jaggar & Susan R. Bordo (Orgs.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 19-41). Record.
- Bright, Charolotte Lyn, Osborne, Victoria A., & Greif, Geoffrey L. (2011). One dozen considerations when working with women in substance abuse groups. *Journal of psychoactive drugs*, 43(1), 64-68. <https://doi.org/10.1080/02791072.2011.566503>
- Brown, Suzanne, Tracy, Elizabeth. M., Jun, MinKyong, Park, Hyunyong, & Min, Meeyoung O. (2015). Personal network recovery enablers and relapse risks for women with substance dependence. *Qualitative health research*, 25(3), 371-385. <https://doi.org/10.1177/1049732314551055>
- Cucciare, Michael A., Lewis, Eleanor T., Hoggatt, Katherine J., Bean-Mayberry, Bevanne, Timko, Christine, Durazo, Eva M., Jamison, Andrea L., & Frayne, Susan M. (2016). Factors Affecting Women's Disclosure of Alcohol Misuse in Primary Care: A Qualitative Study with U.S. Military Veterans. *Women's health issues: official publication of the Jacobs Institute of Women's Health*, 26(2), 232-239. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2015.07.010>
- Dolan, Kate, Salimi, Shabnam, Nassirimanesh, Bijan, Mohsenifar, Setareh & Mokri, Azarakhsh (2011). The establishment of a methadone treatment clinic for women in Tehran, Iran. *Journal of public health policy*, 32, 219-230. <http://dx.doi.org/10.1057/jphp.2011.10>
- Finfgeld-Connett, Deborah, & Johnson, E. Diane (2011). Substance abuse treatment for women who are under correctional supervision in the community: a systematic review of qualitative findings. *Issues in mental health nursing*, 32(10), 640-648. <https://doi.org/10.3109/01612840.2011.584363>
- Fogger, Susanne Astrab (2015). Reducing the Risk of Alcohol Use Disorders in Women. *Nursing for women's health*, 19(6), 537-541. <https://doi.org/10.1111/1751-486X.12249>
- Foucault, Michel (1979/1996). *Microfísica do Poder*. Graal.

- Gilbert, Allison R., Domino, Marisa E., Morrissey, Joseph P., & Gaynes, Bradley N. (2012). Differential service utilization associated with trauma-informed integrated treatment for women with co-occurring disorders. *Administration and policy in mental health*, 39(6), 426-439. <https://doi.org/10.1007/s10488-011-0362-z>
- Greenfield, Shelly F., Sugarman, Dawn E., Freid, Cathryn M., Bailey, Genie L., Crisafulli, Michele A., Kaufman, Julia S., Wigderson, Sara, Connery, Hilary S., Rodolico, John, Morgan-Lopez, Antonio A., & Fitzmaurice, Garrett M. (2014). Group therapy for women with substance use disorders: results from the Women's Recovery Group Study. *Drug and alcohol dependence*, 142, 245-253. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2014.06.035>
- Heslin, Kevin C., Gable, Alicia, & Dobalian, Aram (2015). Special Services for Women in Substance Use Disorders Treatment: How Does the Department of Veterans Affairs Compare with Other Providers? *Women's health issues: official publication of the Jacobs Institute of Women's Health*, 25(6), 666-672. <https://doi.org/10.1016/j.whi.2015.07.005>
- Hettema, Jennifer, Cockrell, Stephanie, Russo, Jennifer, Corder-Mabe, Joan, Yowell-Many, Alycia, Chisholm, Christian, & Ingersoll, Karen (2015). Missed Opportunities: Screening and Brief Intervention for Risky Alcohol Use in Women's Health Settings. *Journal of women's health (2002)*, 24(8), 648-654. <https://doi.org/10.1089/jwh.2014.4961>
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias de plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lima, Helder de Pádua, Macedo, Jaqueline Queiroz, Braga, Violante Augusta Batista, Lemos, Aline Mesquita, & Silva, Ivando Amâncio da (2011). Caracterização de drogaditas atendidas em centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas – estudo documental. *Revista Online Brazilian Journal of Nursing*, 10(2). <https://silo.tips/download/caracterizaao-de-drogaditas-atendidas-em-centro-de-atenao-psicossocial-alcool-e#modals>
- Limberger, Jéssica, Schneider, Jaluza Aimée, & Andretta, Ilana (2015). Especificidades do tratamento de mulheres usuárias de crack: interface com direitos humanos. *Psicologia em Pesquisa*, 9(2), 13-147. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v9n2/v9n2a04.pdf>
- Lugones, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v22n03/v22n03a13.pdf>
- Macy, Rebecca J., & Goodbourn, Melissa (2012). Promoting successful collaborations between domestic violence and substance abuse treatment service sectors: a review of the literature. *Trauma, violence & abuse*, 13(4), 234-251. <https://doi.org/10.1177/1524838012455874>
- McCutcheon, Vivia V., Luke, Douglas A., & Lessov-Schlaggar, Christina N. (2016). Reduced Social Network Drinking is Associated with Improved Response Inhibition in Women During Early Recovery from Alcohol Use Disorders: A Pilot Study. *Alcoholism, clinical and experimental research*, 40(1), 170-177. <https://doi.org/10.1111/acer.12925>
- Min, Meeyoung O., Tracy, Elizabeth M., Kim, Hyunsoo, Park, Hyunyong, Jun, MinKyong, Brown, Suzanne, McCarty, Christopher, & Laudet, Alexandre (2013). Changes in personal networks of women in residential and outpatient substance abuse treatment. *Journal of substance abuse treatment*, 45(4), 325-334. <https://doi.org/10.1016/j.jsat.2013.04.006>
- O'Farrell, Timothy J., Schumm, Jeremiah A., Murphy, Marie M., & Muchowski, Patrice M. (2017). A randomized clinical trial of behavioral couples therapy versus individually-based treatment for drug-abusing women. *Journal of consulting and clinical psychology*, 85(4), 309-322. <https://doi.org/10.1037/ccp0000185>
- Oliveira, Jeane Freitas de, Paiva, Mirian Santos & Valente, Camila Motta Leal (2007). The interference of the care context with the visibility of the drug consumption by women. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(2), 247-252. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000200009>

- Otiashvili, David, Kirtadze, Irma, O'Grady, Kevin E., Zule, William, Krupitsky, Evgeny, Wechsberg, Wendee M., & Jones, Hadrée E. (2013). Access to treatment for substance-using women in the Republic of Georgia: socio-cultural and structural barriers. *The International journal on drug policy*, 24(6), 566-572. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2013.05.004>
- Pillon, Sandra Cristina, Santos, Manoel Antônio dos, Florido, Larissa Missano, Cafer, Juliana Regina, Ferreira, Paulo Sérgio, Scherer, Zeyne Alves Pires, & Marchini, Gisela P. de Oliveira (2014). Consequências do uso de álcool em mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial. *Revista Eletrônica De Enfermagem*, 16(2), 338-345. <https://doi.org/10.5216/ree.v16i2.22712>
- Pinto, Rogério M., Campbell, Aimee N., Hien, Denise A., Yu, Gary., & Gorroochurn, Prakash (2011). Retention in the National Institute on Drug Abuse Clinical Trials Network Women and Trauma Study: implications for post-trial implementation. *The American journal of orthopsychiatry*, 81(2), 211-217. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2011.01090.x>
- Powelson, Elisabeth, Lorvick, Jennifer, Lutnick, Alexandra, Wenger, Lynn, Klausner, Jeffery & Kral, Alex (2013). Unmet Healthcare Need Among Women Who Use Methamphetamine in San Francisco. *Substance use & misuse*, 49, 243-252. <https://doi.org/10.3109/10826084.2013.825919>
- Prado, Marco Aurélio Máximo, & Saraiva de Queiroz, Isabela (2012). A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas. *Estudos de Psicologia*, 17(2), 305-312. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26124614015>
- Price, Cynthia, & Smith-DiJulio, Kathleen (2016). Interoceptive Awareness Is Important for Relapse Prevention: Perceptions of Women Who Received Mindful Body Awareness in Substance Use Disorder Treatment. *Journal of addictions nursing*, 27(1), 32-38. <https://doi.org/10.1097/JAN.0000000000000109>
- Queiroz, Isabela Saraiva (2015). *Norma de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres* [Tese de Doutorado em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG].
- Queiroz, Isabela Saraiva de & Prado, Marco Aurélio Máximo (2018). Pesquisa narrativa com mulheres que usam drogas: uma experiência etnográfica feminista. *Psicologia USP*, 29(2), 226-235. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170102>
- Rasch, Scheila Silva, Andrade, Angela Nobre de, Avellar, Luziane Zacché, & Ribeiro Neto, Pedro Machado (2015). Projeto Terapêutico Singular no atendimento de mulheres em um CAPS AD III. *Psicologia em Pesquisa*, 9(2), 105-115. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v9n2/v9n2a11.pdf>.
- Ribeiro, Dione Viegas Almeida, Turato, Egberto Ribeiro, Azevedo, Renata Cruz Soares de, & Campos, Claudinei José Gomes (2012). Views on treatment adherence among psychoactive substance-dependent women in the outpatient setting: a qualitative study. *Trends Psychiatry Psychother*, 34(4), 198-206. <https://doi.org/10.1590/S2237-60892012000400005>
- Santos, Jéssica Adrielle Teixeira, Perruci, Ludmila Gonçalves, Pegoraro, Natália Priolli Jora, Scherer, Zeyne Alves Pires, Souza, Jaqueline de, Santos, Manoel Antônio dos, & Pillon, Sandra Cristina (2019). Uso de substâncias psicoativas em mulheres em tratamento ambulatorial. *Rev. Bras. Enferm.* 72(3), 178-183. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0399>
- Silva, Erika Barbosa de Oliveira (2014). *Singularidades de gênero no cuidado psicossocial às usuárias de cocaína e crack: contribuições para a enfermagem* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ].
- Silva, Érika Barbosa de Oliveira, Pereira, Adriana Lenho de Figueiredo & Penna, Lúcia Helena Garcia (2018). Estereótipos de gênero no cuidado psicossocial das usuárias de cocaína e crack. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(5). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110317>

Silva, Mabel Dias Jansen (2016). *Posições de sujeito usuário/a de substâncias psicoativas na política de redução de danos: uma análise cultural* [Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].

Souza, Márcia Cristina Henrique de, Mühlen, Bruna Krimberg Von, Coelho, Leda Rúbia Maurina, Oliveira, Cristiano Pereira de, Rodrigues, Viviane Samoel, Oliveira, Margareth da Silva, & Strey, Marlene Neves (2014). Assertividade em mulheres dependentes de crack. *Aletheia*, (43-44), 105-115. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a08.pdf>

Terplan, Mishka, Longinaker, Nyaradzo, & Appel, Lindsay. (2015). Women-Centered Drug Treatment Services and Need in the United States, 2002-2009. *American journal of public health*, 105(11), 50-54. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2015.302821>

Venosa, Priscila de Azevedo (2011). Grupos psicoterapêuticos de mulheres dependentes químicas: questões de gênero implicadas no tratamento. *Revista da SPAGESP*, 12(1), 56-65. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v12n1/v12n1a07.pdf>

CALIANDRA MACHADO PINHEIRO

<https://orcid.org/0000-0001-9348-7994>

Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado da Bahia, Especialista em Psicoterapia Analítica pela Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências e pelo Instituto Junguiano da Bahia, Especialista em Psicologia Social pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais Enrique Pichon Rivière e Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências e mestre em Saúde Comunitária pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente atua como psicóloga em Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e outras Drogas em Salvador-BA, e como técnica de referência na Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

E-MAIL: calimachado@hotmail.com

MÔNICA NUNES

<https://orcid.org/0000-0002-5905-4199>

Doutora em Antropologia pela Universidade de Montreal (1999) com estágio pós-doutoral em Antropologia na Universidade Paris V - Descartes (2010-2011). Professora Titular do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

E-MAIL: monicatorrente11@gmail.com

Histórico	Submissão: 11/01/2022 Revisão: 05/04/2023 Aceite: 30/06/2023
Contribuição dos autores	Concepção: CMP; MN. Curadoria de dados: CMP. Análise de dados: CMP; MN. Redação do manuscrito original: CMP; MN. Redação - revisão e edição final: CMP; MN.
Financiamento	Não houve financiamento.
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.